

Imprensa e instrução pública no império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba*

Fabiana Sena**

Resumo:

Este artigo busca tornar visível como os periódicos nas províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro veiculavam as notícias sobre educação e instrução pública no Império por meio da escrita epistolar. Para tanto, as epístolas localizadas nos jornais dessas províncias foram analisadas por meio das regras e dos modelos de composição difundidos pelos manuais epistolares, por considerar que a estrutura discursiva está impregnada de intenção persuasiva. Por meio das cartas sobre instrução pública, foi possível verificar a escrita ordinária de sujeitos que compõem a instrução pública da época, possibilitando compreender o cotidiano de uma comunidade de leitores, tomando conhecimento do que faziam, liam, escreviam ou pensavam no Império.

Palavras-chave:

imprensa; cartas; instrução pública; império.

* O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil.

** Pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora Adjunta no Departamento de Metodologia da Educação. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do grupo de pesquisa Narrativas e Sensibilidades em História da Educação.

The press and public education during the empire: the epistolary format of newspapers in Rio de Janeiro and Paraíba

Fabiana Sena

Abstract:

This article seeks to uncover how periodicals in the provinces of Paraíba and Rio de Janeiro disseminated the news on education and public instruction during the Empire through letter writing. To that end, the epistles found in newspapers from these provinces were analyzed using the rules and models of composition, as disseminated in epistolary manuals, by regarded discursive structure as impregnated with persuasive intent. Through the letters on public education, it was possible to verify the writing of ordinary individuals who made up the public education of the time, making it possible to understand the daily life of a community of readers, taking note of what they did, read, wrote or thought during the Empire.

Keywords:

press; letters; public instruction; empire.

Prensa e instrucción pública en el imperio: el modo epistolar en los periódicos de Rio de Janeiro y de Paraíba

Fabiana Sena

Resumen:

Este artículo busca tornar visible cómo los periódicos en las provincias de Paraíba y de Rio de Janeiro transmitían las noticias sobre educación e instrucción pública en el Imperio por medio de la escrita epistolar. Para tanto, las epístolas localizadas en los periódicos de estas provincias fueron analizadas por medio de las reglas y modelos de composición, difundidos por los manuales epistolares, por considerar que la estructura discursiva estaba impregnada de intención persuasivas. Por medio de las cartas sobre instrucción pública fue posible verificar la escrita ordinaria de sujetos que componen la instrucción pública de la época, posibilitando comprender el cotidiano de una comunidad de lectores, tomando conocimiento de lo que hacían, leían, escribían o pensaban en el Imperio.

Palabras clave:

prensa; cartas; instrucción pública; imperio.

Cá na pequena e insignificante posição que me acho, tem-me também chegado aos ouvidos que a imprensa é a tribuna universal; se assim é, seja hoje o eco da minha fraca voz e dos meus justos queixumes [...] (O QUEIXOSO, 1851, p. 5).

Introdução

A epígrafe que inicia este artigo deixa clara a importância que o jornal assumiu no Império, por ser um espaço do debate, da denúncia, do diálogo, do corriqueiro e das reclamações. Compreendendo o lugar que a imprensa ocupa nesse período, o signatário do jornal *Correio Mercantil, e instrutivo, político, universal*¹, da província do Rio de Janeiro, de 1851, se reconhece como um sujeito que, hierarquicamente, é subalterno ao arsenal de guerra e recorre ao jornal como instrumento de denúncia para suas queixas. Sob o pseudônimo de Queixoso, o signatário faz críticas à conduta de um Sr. Miranda, mostrando detalhes do que ocorre no interior do arsenal de guerra. Esse exemplo revela que as comezinhos são características próprias desse suporte, como um lugar do espaço público, endereçadas a certo alguém ou ao público de um modo geral.

Buscando compreender como os periódicos nas províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro veiculavam as notícias sobre educação e instrução pública no Império por meio da escrita epistolar, esta pesquisa atenta para as seguintes questões: Quem eram os signatários e os destinatários dos discursos sobre educação e instrução nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba? Quais as reivindicações, os pedidos, as ordens ou os comunicados que os signatários faziam por meio da escrita epistolar? Quais são as estratégias discursivas que os autores utilizaram para transmitir o conteúdo das epístolas? Qual o modelo de composição epistolar de que os signatários se apropriaram para transmitir o conteúdo da carta?

Embora se reconheçam as peculiaridades entre as províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro, bem como as semelhanças entre os jornais – conforme aponta Barbosa (2011b) quando defende que a produção desse suporte, seja na Inglaterra, seja em Portugal ou no Brasil, possuía um modo comum de escrever e publicar as suas notícias próprias da época –,

¹ *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal* era propriedade de Francisco José dos Santos Rodrigues e circulou de 1848 a 1860. Apresentando-se como um periódico de cunho instrutivo, universal e político, era impresso na Tipografia do próprio jornal, localizada na Rua da Quitanda, nº 13.

foi necessário estreitar as relações entre elas para situar a rede de comunicação que havia entre ambas. Nesse sentido, as epístolas localizadas nos jornais dessas províncias foram analisadas por meio das regras e dos modelos de composição difundidos pelos manuais epistolares, como uma arte do bem escrever, por considerar que a estrutura discursiva das epístolas está impregnada de intenção persuasiva, relevante para a transmissão do conteúdo. Faz-se necessário ressaltar que, em virtude da diversidade das epístolas, para este trabalho, optou-se tratar apenas das suas estruturas.

Analisar as epístolas nos jornais sob essas condições é “[...] estudar o modo como o texto opera [...]” (DARNTON, 2005, p. 83), ou seja, a maneira como ele se encaixa no suporte do texto escrito. Os periódicos tratados aqui não são especializados em educação e ensino, entretanto registram fragmentos do cotidiano escolar, os quais nos possibilitam compreender determinados aspectos da educação e da instrução pública no Império. Isto porque não foram “[...] lidos ingenuamente como uma informação direta e ou neutra, de conteúdo denotativo e referencial simples [...]”, conforme Pécora (2005, p. 12), quando anuncia que os documentos epistolares são comumente tratados.

A partir dos anos 2000, verifica-se o crescimento da produção acadêmica, tomando o jornal como objeto e fonte para as pesquisas na área de História, Literatura, Sociologia e Educação. No que tange a essa última área, esse suporte apresenta questões que revelam dados para a história da educação, tais como livros didáticos, alunos, professores, instituições, diretores da instrução pública, inspetores, recursos financeiros etc. Duas produções que merecem destaque por tomarem a epístola nos jornais oitocentistas brasileiros como objeto de estudo são o de Gondra (2003), o qual apresenta e discute a relação entre a imprensa e a epístola, por meio das cartas do professor Manoel José Pereira Frazão, publicadas no jornal *Constitucional*, em 1864; e o de Rizzini (2007), o qual trata de cartas de queixas sobre professores na província do Pará.

Ao tomar esse objeto para compreender uma história da educação por meio da imprensa no Império e constatar o considerável lugar de destaque ocupado pela epístola como modo discursivo que proporcionava aos leitores a intervenção pública (GONDRA, 2003; RIZZINI, 2007; BARBOSA, 2011a e b; SENA, 2011, 2012), este artigo buscou dar visibilidade aos discursos epistolares nos jornais sobre a educação e instrução pública nas províncias da Paraíba e no Rio de Janeiro durante o

Império, identificando e analisando as proximidades e as diferenças discursivas entre as cartas nos jornais dessas províncias.

O estudo das cartas no jornal possibilita compreender o cotidiano de uma comunidade de leitores por meio de sujeitos célebres e comuns, tomando conhecimento do que faziam, liam, escreviam ou pensavam em uma determinada época e lugar. Possibilita também aos estudiosos que tratam desse suporte textual como objeto e/ou como fonte de pesquisa adentrarem na cultura letrada do Brasil. Por abordar diversas temáticas, esse suporte pode ser considerado como uma espécie de ‘museus de tudo’, segundo Pecheman (2002), no qual retrata uma sociedade em um dado momento por meio dos múltiplos gêneros textuais, a exemplo de anúncios, crônicas, poemas, comunicados, romances, relatórios, editais, cujos textos tratam de diversos assuntos, como morte, moda, política, literatura, concursos, saúde, hospedagem, livros, escolas, compra e venda, leilão, crimes e delitos, transporte, eventos sociais, guerra, entre outros.

A imprensa no Brasil imperial publicou jornais e gazetas de toda a natureza, seja com publicações regulares e de longa e/ou curta duração, seja com edições avulsas e limitadas. Há jornais para todos os gostos, entre eles, os de opinião, situação, pedagógico, agricultura, comércio, literatura, entretenimento ou costume e científico. Por meio desses tipos de jornal, pode-se ter a imagem do Brasil, por compreender os seus espaços públicos e de poder construídos por inúmeros sujeitos. Trata-se de “[...] textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre as suas relações com as instâncias de poder” (BARBOSA, 2007, p. 11). Nessa perspectiva, Costa (2007, p. 55) afirma que “[...] é nas páginas dos jornais e pasquins que se discutem então diferentes projetos de país, como era pela imprensa que se sabia das discussões e insucessos dos representantes ou deputados das províncias do Brasil”.

O olhar atento sobre a imprensa permite verificar as diversas vozes propaladas nele, bem como diferentes escritos que se fazem presentes, a exemplo da carta do signatário O Queixoso no jornal carioca *Correio Mercantil*, de 1851. Nesses e em outros escritos, assinados ou não, nos periódicos, possibilitam reconhecer “[...] que o século XIX não é fácil de ser compreendido, pois ao mesmo tempo próximo e distante de nós, gerou instituições, vocabulários e valores que, semelhantes aos atuais, são também bastante diferentes” (MOREL, 2010, p. 9). Assim, a imprensa nesse período e em qualquer outro, deve ser considerada como o lugar da recepção e difusão dos discursos múltiplos, onde e quando os debates

culturais, políticos e literários se criavam e/ou se firmavam através da escrita.

Quando as epístolas se disfarçam de notícias: a linguagem escrita nos jornais

Muito provavelmente, a carta – em suas variadas formas, bilhetes, e-mails – se não é o gênero textual mais apreciado, é o mais conhecido no mundo e, segundo Rocha (1985), é compartilhado por todos os homens, sejam ou não escritores, além de corresponder a uma necessidade profunda do ser humano. Segundo o manual de escrever cartas *Novo Secretário Portuêz ou Código Epistolar* (1860 [1846]), de José Ignácio Roquette, a definição desse meio de comunicação é:

São as cartas uma conversação por escrito entre ausentes, por meio da qual comunicamos com amigos nossos sentimentos, participamos aos superiores o desempenho de suas ordens, aos inferiores mandamos o que nos apraz, e a qualquer pessoa com quem temos negócios transmitimos por papel o que lhe diríamos de viva voz se estivéssemos presentes (ROQUETTE, 1860 [1846], p. 19).

Sob a narrativa epistolar, a imprensa surgiu no século XVII em Portugal quando determinado reino fez circular, através de um folheto, notícias desse lugar para outro reino (TENGARRINHA, 1989). Assim, o jornal e a carta apresentam uma relação imbricada. De acordo com Lebrun-Pezzerat (1991, p. 447), “[...] a carta no jornal tem o traço de filiação entre a imprensa e a correspondência epistolar e a origem propriamente epistolar do novo modo de comunicação de idéias e divulgação de novo inventado pelos precursores do jornalismo”².

Com a evolução das técnicas da imprensa, o jornal foi sendo composto por outros gêneros textuais e tomou outra configuração. Se nos primórdios da imprensa no mundo, esse suporte tinha uma aparência de livro, no século XVIII, as colunas surgiram para fazer a divisão das seções³, em virtude de outros textos que emergiam. No início do século

² No original: “[...] la lettre au jornal porte la trace de la filiation entre presse et correpondance et de l’origine proprement épistolaire du nouveau mode de communication des idées et de diffusion des nouvelles inventé par les précurseurs du journalisme”.

³ Com séculos de atraso no Brasil, comparado à Europa e aos Estados Unidos da América, a imprensa começou a circular sem censura a partir de 1808 com as publicações do *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, e a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi publicada pela oficina da Impressão Régia em setembro de 1808.

XIX no Brasil, um exemplo dessa configuração é o jornal *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, lançado em 1º de junho de 1808, por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Segundo Bahia (2009, p. 33),

[...] um título que busca associar no seu tempo o jornal, a revista e o livro, num contexto de informação geral, cultura, ciência e história – é uma brochura mensal de 140 páginas in-8º grande, capa azul escuro. Política, Comércio, Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea, Reflexões sobre as novidades do mês, e Correspondência são as principais seções.

Com a aparência de um livro, as cartas publicadas em o *Correio Braziliense* ocupavam a página inteira do jornal, conforme pode ser verificado na seção Literatura e Ciências, por meio da carta endereçada ao Ministro da Marinha e das Colônias de França, escrita no dia 15 de fevereiro de 1820 e publicada apenas no dia 20 de julho de 1820, cuja extensão é de seis páginas. A mesma extensão é verificada na seção Correspondência, na qual os ‘leitores-escritores’, assim denominados por Barbosa (2007), escrevem para o redator, informando sobre os negócios em Portugal. Já na seção Miscelânea, a extensão delas é diversificada.

Outro exemplo ainda pode ser averiguado no periódico *Compilador Mineiro* de 22 de outubro de 1823 cujas cartas sob as assinaturas de O Bom Mineiro e o Anti Cabalista apresentam outra editoração por estarem dispostas por meio de colunas. Tal disposição se dá em virtude da transformação do suporte do jornal, alterando o sentido da leitura (CHARTIER, 1999).

De acordo com os limites impostos pelo suporte em que a carta aparece, esta se tornou um gênero em que cabem todas as abordagens, todos os tons, do lírico ou dramático, ao mais refinado humor ou escancarada ironia. As pessoas escrevem para o jornal para reclamar, elogiar, agradecer, solicitar, avisar alguém sobre qualquer coisa. Motivo não faltava para tal prática, de modo que a carta foi o gênero mais usual para escrever para variados fins. Seção para realizar tal comunicação foi criada no jornal com o propósito de dar visibilidade à opinião de leitores ilustres e desconhecidos a respeito de um determinado assunto, cuja prática de escrita é ordinária. Entretanto, nem todos os jornais possuíam essa seção e, quando tinham, não era regular. Um exemplo é a edição do jornal carioca *Correio Mercantil*, de 5 de janeiro de 1848, que não apresentava essa seção, mas nele se encontra a *Carta de Braz Tizana*,

Boticário de Lisboa ao Barbeiro, de 10 de novembro, bem como outros exemplos dados anteriormente.

As notícias em forma de carta estão presentes em diversas partes do jornal, o que faz desse suporte do século XIX um objeto cultural ‘indisciplinado’ se compararmos aos jornais da atualidade, conforme indica Barbosa (2007). Destinada, primeiramente, ao redator, o qual selecionava as cartas para serem publicadas, o signatário o faz como uma medida cautelosa e respeitosa, a fim de que sua carta seja escolhida. Porém, no interior delas, percebe-se quem é o verdadeiro destinatário. A respeito desse elemento da comunicação epistolar, Rocha (1985, p. 17) afirma que, “[...] no ato de ser escrita, a carta dirige-se, normalmente, a um leitor vivo e único. Não se escreve aos mortos: a carta implica a presença viva de quem a recebe, como de quem a redige” e que, “[...] por vezes, o autor dirige-se a um grupo, a uma entidade [...]”.

Assim, para localizar esse tipo de texto, se faz necessário considerar que as regras de escrita epistolar públicas não são iguais as da privada. Dito de outro modo, as cartas privadas apresentam regras oriundas da *Ars dictaminis*, uma invenção medieval do fim do século XI e início do século XII, de autoria de Alberic of Monte Cassino e John of Gaeta. Nessa obra, recomenda-se a escrita da carta pelas seguintes partes: saudação, exórdio, narração, argumentação e conclusão (MURPHY, 1974). Dessas regras surgiram inúmeros manuais de escrever cartas, que, a partir do século XVI, disseminaram, entre as pessoas que dominavam a escrita, a forma epistolar. Inaugurava-se, assim, uma nova maneira de se comunicar a distância, cuja forma pode ser expressa por meio do *habitus*, que, segundo Bourdieu (2011, p. 162-163, grifos do autor), é o

[...] ‘princípio gerador’ de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, ‘sistema de classificação’ de tais práticas. [...] Enquanto disposição geral e transponível realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem.

O *habitus* possibilita a organização e a reunião de práticas e ações tanto individuais quanto de um grupo em uma dada sociedade na qual o sujeito se movimenta. Nesse sentido, os manuais de escrever cartas agrupam tais práticas e ações, que fixam modelos amplamente imitados e são expressos nos seguintes títulos: *Corte na Aldeia* (1618), de Francisco Rodrigues Lobo; *La Secrétaire à la Mode* (1650), de Sieur de La Serre; *Le Nouveau Secrétaire de la Cour* (1714), de Monsieur Milleran; *O Secretário Portuguez Compendiosamente* (1801), de Francisco José

Freire (Candido Lusitano); *Manual del Escribiente*, de D. Romualdo Paronce (1831); *Novo Secretário Português ou Código Epistolar* (1860) (3. ed.) e *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX* (1845), de J. I. Roquette.

O gênero discursivo epistolar possibilita uma gama variada de tipos de comunicação, como, por exemplo, agradecimento, pedido, reclamação, negócios, congratulações, desculpas, ameaça, recomendação, comercial, prestação de contas, notícias familiares etc. Nos manuais de escrever cartas, os autores definem esses tipos de cartas, bem como orientam o leitor nos caminhos dessa escrita, ensinando todas as regras, tais como datas, formas de tratamento, o conteúdo, a despedida e a assinatura. Para reforçar as orientações, muitos dos manuais apresentam diversos exemplos de cada tipo.

Regulando gestos e hábitos de escrita, os manuais supracitados propagaram um modo de escrever à sua época, que, segundo Estrada (2000, p. 31), serviram como “[...] um molde em función de una ejemplaridad para los que no dominaban el arte de la escritura epistolar”. Entre modelos e práticas, os ‘leitores-escreitores’ apropriaram-se de regras epistolares para transmitir as notícias sobre educação e instrução pública nos jornais. Nesse sentido, Lebrun-Pezzerat (1991, p. 433) afirma:

Pode-se imaginar que uma carta publicada atende a certas regras de escrita pública integrada por seu autor. Nesse sentido, a publicação é uma parte da aprendizagem de uma forma de escrita, a apropriação de modelos feitos por meio de uma leitura prévia. O leitor atento de jornais permeia as flores de estilo jornalístico que domina o tempo neste tipo de prosa e podem, por ocasião de uma carta a seu jornal favorito, habilmente estar de acordo com esta forma de escrever. Ele também não pode ser alcançado de forma satisfatória para a direção do Jornal. Se a carta é, porém, considerada digna de interesse, permite-se qualquer retoque para se publicar⁴ (Tradução nossa).

As cartas publicadas nos periódicos tiveram que se adaptar ao formato desse suporte, devido às inúmeras informações sob os diversos

⁴ No original: “On peut imaginer qu’ une lettre publiée répond à certaines règles de l’expression écrite publique intégrées par son auteur. Em ce sens, la publication est un élément de l’apprentissage d’une manière d’écrire, l’appropriation de modeles opérées à travers une lecture préalable. Le lecteur de journaux attentif s’ imprègne du style journalistique fleuri qui domine à l’ époque dans ce type de prose et peut, à l’occasion d’une lettre adressée à son journal préfere, se conformer assez adroitement à cette forme d’écriture. Il peut aussi ne pas y parvenir de manière satisfaisante pour la direction du journal. Si sa lettre est cependant jugée digne d’intérêt, on se permet quelques retouches pour la publier”.

gêneros textuais que eram publicados. Por isso, os textos nem sempre são muito longos. Outra questão a ser considerada é a necessidade de se ler o jornal por completo, em virtude de não ter seção, muitas vezes, específica. De acordo com Lebrun-Pezzerat (1991, p. 433, grifos do autor), havia a dificuldade de distinguir a carta de outro gênero:

‘Artigos’ ou ‘correspondência’, às vezes é difícil traçar uma fronteira clara entre esses dois tipos de texto. Nós não podemos confiar no título do tópico. ‘A participação dos assinantes’ ou ‘correspondência’, para distinguir entre dois tipos de gêneros. Nas mentes de editores próprios, a partilha não é clara⁵ (Tradução nossa).

Um exemplo dessa dificuldade pode ser verificado no jornal *Diário do Rio de Janeiro*⁶ do dia 10 de janeiro de 1850:

O tesoureiro do collegio das órfãs da imperial sociedade Amante da Instrução, recebeu o seguinte do Illmº Sr. Dr. Antonio Alves da Silva Pinto Junior um meio bilhete n. 531, de um sócio bemfeitor um quarto n. 5707, do Sr. Antonio José de Freitas Silva Guimarães um quarto n. 1020, e mais os seguintes vigésimos dos Srs. Manuel Gomes Cardozo n. 130, do Sr. João Affonso Lima n. 1774, e do Sr. Agostinho Pereira Cardozo n. 1930, todos da 12ª loteria concedida a beneficio do theatro da imperial cidade de Nietheroy em nome das órfãs agradece a estes respeitáveis bemfeitores a continuação d’esta esmola. Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1850. – Patrício Ricardo Freire (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1850, p. 2).

Embora não haja a identificação do destinatário, um dos elementos que caracteriza esse texto, pode-se supor que seja dos próprios bemfeitores e/ou os membros da Sociedade Amante da Instrução. Há outros dados, como o remetente e a data⁷, que identificam esse texto como carta. Caracterizada como carta de prestação de contas, esta exemplifica que esse gênero discursivo é utilizado em situação de ausência de contato imediato entre remetente e

⁵ No original: “‘Articles’ ou ‘correspondance’, il est parfois difficile de tracer une claire limite entre ces deux type de texte. On ne peut se fier à l’intitulé des rubrique, ‘La part de l’abonné’ ou ‘Correspondance’, pour établir une distinction sûre entre deux genres. Dans la Tetê dès rédacteurs eux-mêmes, le partage n’est par clair”.

⁶ *Diário do Rio de Janeiro* circulou na Corte durante os anos de 1821 a 1878, de caráter informativo e independente. Era publicado diariamente, exceto nos dias ditos de guarda, sendo impresso na Tipografia da Rua da Ajuda, nº 79. Foi fundado por Zeferino Vito de Meireles.

⁷ De acordo com Rocha (1985, p. 16), “[...] normalmente, a carta é datada. Além das conveniências de ordem prática que tal facto representa, tem ainda a vantagem de situar no tempo a feita e o conteúdo da mensagem”.

destinatário, sua característica própria, e que, a princípio, não se conhecem – o leitor-escritor e o redator do jornal –, respondendo a variados propósitos comunicativos, tais como: agradecer, comunicar, criticar, reclamar, solicitar, ordenar, elogiar, opinar etc. As cartas nos jornais são de caráter aberto, ou seja, destinados a todos os leitores.

Jornal como tribuna: quando os signatários reclamam e denunciam

Era comum os leitores-escritores escreverem para um periódico, reclamando de algo, a exemplo dos signatários das cartas dos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba, que apresentam as suas queixas da situação em que a instrução pública de suas localidades se encontra⁸. No jornal paraibano *Correio Noticioso*⁹, do dia 17 de agosto de 1872, há a publicação de um anônimo, destinada ao Diretor da Instrução Pública dessa província. Nela, o signatário trata do uso de recurso público destinado ao pagamento do aluguel de uma casa para ensinar as crianças na cidade de Mamanguape, conforme se verifica abaixo:

Para o Dr. da Instrução Pública ver e apreciar.

Dizem que na cidade de Mamanguape, está funcionando a aula pública de instrução primária (2ª cadeira) na rua da ____¹⁰ em uma casa que paga o Professor por ____ dula a quantia de 60500= recebendo do cofre provincial a quantia de 2005000= pela casa em que funciona a aula.

Além disso o mesmo professor recebe dos meninos em todas as 2ª feiras os 20 reis para comprar água para a mesma aula porque o governo não manda dar água ____ e que é pouco o dinheiro do aluguel da casa d'aula!

Todos os dias passam os meninos para a aula cada um sem um coco para beber ____ na escola, trazendo-o também para ____.

É expressamente proibido pelo tal professor que venham aos meninos para a aula com banha na cabeça= sob pena de 6____

Só gozam dos cuidados do tal professor público os ____d'aqueles que ele ajuda, sendo que os meninos de ____ pobres e saem d'aula sem mereção ser ensinados por ele!

Entra o tal professor ____ que traz assombrados constantemente os moradores da rua da Cruz, e ____disto conserva-se na aula com o cebo na cabeça.

‘Pedimos ao Ilmo. Sr. Dr. Diretor da Instrução Pública providências’ a respeito por que a

⁸ Gondra (2003) apresenta algumas cartas de queixas do professor Frazão no jornal *Constitucional* em 1863.

⁹ *Correio Noticioso* foi publicado de 1868 a 1877 na tipografia de J. J. da S. Braga, localizada na Rua Conde d'Eu, casa nº 150.

¹⁰ Trechos não compreensíveis.

continuarmos assim não sabemos por quanto ___ devemos ___ para pagar os tributos ao Tesouro, ___ a Província tem ao menos ___ uma aula para se instruir ___ e ao cuidado do Professor ao ___ a aula a alguns meninos de pessoas que ___ nos querem que seus filhos ___ maneira com os míseros filhos de um pobre pai. Um Interessado (CORREIO NOTICIOSO, 1872, p. 3, grifo nosso).

Outra reclamação pode ser encontrada no jornal *O Tempo*¹¹, de 26 de outubro de 1865, da Paraíba, a qual também é destinada ao Diretor da Instrução Pública. O signatário, sob o pseudônimo ‘Um por todos’, aponta a situação da cadeira de primeiras letras do sexo feminino na vila de Bananeiras, conforme mostra a carta na íntegra abaixo:

Para o Sr. Diretor da instrução pública ler.

Pede-se ao Illm. Sr. Diretor da instrução pública que lance suas vistas sobre a cadeira de primeiras letras do sexo feminino, da vila de Bananeiras, onde as respectivas alunas estão constantemente expostas a ouvirem as palavras mais desonestas, devido ao estado de constante embriaguez em que vive o marido da professora.

É fácil de avaliar quanto se torna prejudicial semelhante fato a educação das crianças que o presenciavam quase todos os dias, e supomos fazer uni beneficio denunciando – o pela imprensa e pedindo providencias contra sua continuação.

Há pouco aconteceu o seguinte caso digno de todo o reparo, e que foi testemunhado por grande número de pessoas.

Chegando, pela ___ ou ___ vez, do conhecimento do subdelegado Manoel Nunes que várias famílias honradas e honestas eram constantemente insultadas por, Jovino, marido da professora mencionada, deu ordem o _____mo subdelegado no cabo José ___pe para prende-lo e recolher a ___ apenas o encontrasse ébrio pel___ da vila. Passados poucos dias ___io, apesar de avisado, apresentou-se no estado mais deplorável insultando a todos que encontrava, como de costume. E-lhe intimado a ordem de prisão, porém infelizmente não pode ser realizada, em consequência de se lhe opor João Neves protetor do mesmo Jovino!

Ridicularizada assim publicamente a ordem do subdelegado Manoel Nunes, segue Jovino cambaleando para casa, onde, não obstante está funcionando a escola, dirige da porta da aula tantos insultos e imoralidades, que a professora para poder contê-lo e acabar com tamanho escândalo, deu imediatamente por findo os seus trabalhos, despedindo as discípulas às 11 do dia 1.

Findo na proteção de que hoje goza, Jovino tem-se tornado ainda mais insuportável, ocasião há em que apresenta-se na escola com a maior indecência...

A vista destes fatos, presenciados aqui por todos, e que já perdemos a esperança de ver

¹¹ *O Tempo* circulou de 1864 a 1866, sendo publicado às segundas e às quintas-feiras. O proprietário e diretor da redação era Joaquim Moreira Lima.

reprimidos, ‘não podemos deixar de recorrer ao Sr. Diretor, a quem pedimos com instancia que ponha um paradeiro a tanta imoralidade, como lhe cumpre, em que beneficio manifesto da mocidade desta vila’. Bananeiras 10 de outubro de 1863. Um por todos (O TEMPO, 1865b, p. 3, grifo nosso).

As queixas estão presentes também nos jornais do Rio de Janeiro, por meio da seguinte publicação no *Correio Mercantil* do dia 4 de março de 1851. Destinada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o signatário da carta, o professor, faz diversas indagações a respeito do salário da classe, que está atrasado, com o objetivo de dar visibilidade aos leitores desse periódico, bem como de ter o seu protesto atendido pela Câmara:

A LLMA. Camara

Gutta cavat lapidem non vi, sed sape cadendo.

Então! não estamos já no mez de março, e os excommungados professores públicos sem ainda terem recebido os seus ordenados de janeiro? a despeito das ordens e providencias emanadas do governo pela secretaria de estado dos negócios do império, que até por último, consta, que ordenara que fossem multados aquelles fiscaes que a negligenciassem os seus officiosos attestados além do dia 3 de cada mez?

Quosquem tandem abutere patientia nostra?

Até quando serão pelos Srs. fiscaes ludibriadas as ordens do governo, confiados em que deste nada teem a temer por não serem empregados publicos? Até quando sofrerá uma classe inteira de pessoas illustradas o estúpido indifferentismo de meia duzia de fiscaes? Por ventura já foi algum multado ou ao menos reprehendido? ‘Não, nem o serão, e os professores publicos continuarão adrede a soffrer como sempre; mas em despeito não cessaremos de clamar porque’.

Gutta cavat lapidem non vi, sed sape cadendo,

Professor

(CORREIO MERCANTIL, 1851b, p. 2, grifo nosso).

Outra carta publicada por uma suposta professora sob o pseudônimo Órphã de caridade, no dia 26 de junho de 1865, no jornal paraibano *O Tempo*, mostra uma escrita de protesto por meio de pergunta, como a carta anterior, sendo esta destinada ao Diretor Interino da Instrução Pública:

Pergunta Inocente.

Porque é que todas as classes vão vigorando até as mais íntimas alimentadas de privilégios e garantias e somente a da pobre instrução pública primaria, tão desfavorecida e desabrigada, vai definhando, esmorecendo e vacilando a borda do abismo, onde muitos a querem sepultar, cheia de miséria e desprezo?

Esperamos do distinto Sr. Diretor Interino, que salvará esta miserável órfã, sua tutelada, do abandono em que vive e fará brilhar no meio da sociedade esta infeliz classe de mendigos ou peregrinos como lhe quiserem chamar como uma nobre classe de empregados públicos.

Orphã de Caridade (O TEMPO, 1865a, p. 3).

Textos dirigidos a um destinatário, as epístolas são escritas por leitores, muitas vezes comuns. De acordo com Barbosa (2007, p. 4), o leitor-escritor assume o papel de ‘repórter’, mesmo “[...] com todos os riscos de anacronismos”. É nessa perspectiva que os ‘repórteres’ informavam aos demais leitores, por meio do jornal, o que ocorria em seu entorno. Um exemplo disso pode ser ilustrado com as cartas dos ‘leitores-escritores’ anônimos, publicadas nos jornais paraibanos e cariocas do Império.

Os remetentes das cartas ilustradas utilizam pseudônimos. Segundo Barbosa (2007, p. 62), o uso dessa estratégia “[...] revela menos o poder do autor do que o da palavra impressa: se existe a censura para o autor, não o há em relação ao texto em si”. O uso do anonimato, para tratar da instrução pública na Paraíba, é um modo seguro para os ‘leitores-escritores’ apresentarem as suas opiniões, já que se pode supor que eles poderiam ser professores ou pessoas relacionadas à instrução e poderiam sofrer retaliação. Embora a carta seja um ‘objeto assinado’ (ROCHA, 1985, p. 19), é “[...] um gênero que se pode encobrir a autoria”.

Outro elemento a se considerar na estrutura das cartas de queixas é como redigir a sua intenção e o emprego das pontuações – exclamação e interrogação – como forma de provocar efeito no leitor. O manual epistolar *O Secretário Português*¹², de autoria de Francisco José Freire, recomenda a seguinte regra:

[...] poremos primeiramente as razões da nossa queixa; depois mostraremos que esperamos ver-nos livres da aflição que nasce das queixas; para o que fundar-nos-hemos em alguma cousa. São também muito próprias em semelhantes cartas a interrogações e as exclamações, porque fazem hum bom effeito: primeiramente, porque melhor se move a compaixão a pessoa, a quem escrevemos; e em segundo lugar porque também mostramos mais vivamente a grandeza do nosso desgosto (FREIRE, 1823 (1801), p. 165).

¹² Esta obra, do mesmo autor, também foi publicada sob o título *Secretário Portuguez ou methodo de escrever cartas* pela tipografia Rollandiana no ano de 1801 em Portugal. Cf. Barbosa (2011b) a respeito do processo de adaptar manuais de escrever cartas no século XIX.

As cartas também podem ser classificadas como cartas de súplica e/ou de petição, pois, após a queixa do autor, há a solicitação. Em *Novo Secretário Portuguez ou Código Epistolar*, José Ignácio Roquette apresenta definições e modelos distintos para esses tipos, no entanto adverte que existe proximidade entre súplica e petição:

Posto que esta espécie [súplica] de carta se possam incluir na precedente, por isso que umas e outras têm por objecto pedir, e tocar o coração da pessoa a quem se pede, todavia há entre elas alguma diferença em quanto à forma. Nas cartas de pretensão e memoriaes allegão-se razões, invoca-se algumas vezes a justiça e até se deixão escapar queixas, mas nas cartas de supplicas não se discorre, roga-se; fala-se mais ao coração que ao entendimento; recorre-se á clemencia, á generosidade, á beneficencia d'um protector d'um grande, d'um amigo, e até ás vezes d' um inimigo, desejando commovê-lo com a declaração de nossa desgraça ou com a pintura de nossos infortunios, para obter por graça o que muitas razões accumuladas não poderão alcançar-nos como justiça (ROQUETTE, 1860 [1846], p. 198).

Conforme essa orientação e definição, os leitores-escritores indicam, nos seus escritos nos jornais, se apropriar delas para redigir as cartas para o jornal, a exemplo das cartas dos signatários, Professor e Orphã de caridade, cujos pontos de exclamação e de interrogação se fazem presentes. Entretanto, esses signatários não fazem um exórdio nas cartas, um preâmbulo, diferentemente do signatário Queixoso, segundo a epígrafe deste artigo. Eles anunciam o objetivo dos seus escritos, apresentando de imediato a sua reclamação.

Mas não era apenas reclamação que os leitores-escritores faziam por meio das cartas no jornal. Uma publicação no *Correio Mercantil* do dia 11 de outubro de 1851 demonstra que esse suporte também era utilizado para elogiar algo ou alguém, como o Bernadino José Teixeira Leite, padrao de um aluno, fez. Com o propósito de agradecer aos diretores do colégio a respeito dos efeitos da educação e instrução no seu enteado, Manuel Gomes Vieira, o signatário escreveu a seguinte carta:

O Sr. redator – Summamente penhorado para com os Ilms Srs. directores do collegio de S. Sebastião, em Botafogo, pelas maneiras urbanas e delicadas com que se teem dignado tratar meu enteado Manuel Gomes Vieira, alumno do mesmo collegio, e pelos progressos que o mesmo tem feito em seus estudos durante o curto espaço de oito mezes de frequência no mencionado collegio (aonde continua), ‘eu pelo presente dou aos mesmos Srs. directores os meus mais sinceros conhecimentos; e ousando recommendar a todos os Srs. chefes de familia um estabelecimento que tantos motivos se torna digno da geral confiança, tenho a honra de subscrever-me de Vm., Sr. Redator’, etc.

Bernadino José Teixeira Leite. Rua Direita n. 139. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1851 (CORREIO MERCANTIL, dia 11 out. 1851c, p. 2, grifo nosso).

Esse modo de escrita do jornal pode ser verificado na Inglaterra, em Portugal e nos Estados Unidos da América. No caso dos jornais americanos oitocentistas, estes revelam que os leitores-escritores utilizam a imprensa para a mesma função: reclamar e denunciar. Segundo Darnton (2010, p. 109), “[...] os estilos de reportagem variam com o tempo, o lugar e o caráter de cada jornal. O modo americano de redigir notícias é diferente do modo europeu, e tem se diferenciado ao longo de toda a história americana”. Mesmo havendo diferenças entre os jornais do Brasil e dos Estados Unidos da América, há semelhanças entre o modo de narrar as notícias, conforme assegura Barbosa (2007). Uma prova disso são as cartas publicadas no *The New York Times*¹³ das décadas de 50, 60 e 70 do século XIX, a exemplo da de 29 de março de 1880, sob o título ‘The School Bill: reasons why it should not become a law’. Apesar de a carta ser destinada ao primeiro leitor, o editor desse jornal, o signatário, sob o pseudônimo Education, destina aos demais leitores desse suporte, pois, ao final do texto, ele convoca o público para tomar uma posição:

[...] Por essas e outras razões ‘a imprensa e amigos da educação em toda a cidade deve abertamente e persistentemente protestar contra tão radical mudança neste sistema importante’ - uma mudança não solicitada por qualquer um, exceto alguns que tem um machado para moer (Tradução livre)¹⁴ (THE NEW YORK TIMES, 1880, p. 3, grifo nosso).

De acordo com as cartas aqui ilustradas, o recurso retórico utilizado, quando os signatários são professores ou dão indícios de serem, é da coletividade, ou seja, eles falam como se fossem em nome de outros professores:

[...] os professores publicos continuarão adrede a soffrer como sempre; mas em despeito não cessaremos de clamar; [...] não podemos deixar de recorrer ao Sr. Diretor, a quem pedimos [...]; [...] Pedimos ao Ilmo. Sr. Dr. Diretor da Instrução Pública providências. (CORREIO MERCANTIL, 1851b, p. 2).

¹³ O jornal *The New York Times* foi fundado em 18 de setembro de 1851, por Henry Jarvis Raymond e George Jones.

¹⁴ No original: “For these and other reasons the press and friends of education throughout the City should openly and persistently protest against so radical a change in this important system - a change not asked for by any except some one who has an axe to grind”.

Esse recurso sugere ao leitor a ideia de que é um conjunto de pessoas de uma mesma classe que está reivindicando, fazendo pressão para que o destinatário atenda ao seu pedido.

Jornais como espaço de poder: quando os signatários ordenam

Os leitores-escritores também escreviam para o jornal com o objetivo de ordenar ou requerer. Nesse caso, os signatários não são os mesmos dos anteriormente analisados. Eles possuem outra posição na hierarquia social. São possivelmente Diretores da Instrução Pública das províncias do Rio de Janeiro e da Paraíba, em virtude das ordens dadas aos subordinados. Essas cartas podem se configurar como aviso, uma espécie de comunicação, notícia curta comparada às demais cartas que aqui foram exemplificadas. Por meio dessas mensagens, os signatários designam aos seus subordinados as suas atividades, conforme as três epístolas abaixo:

Ao director das escolas publicas, ordenando-se que o professor de primeiras letras da freguezia de Campo Grande, declare qual o aluguel, que actualmente paga pela casa, em que reside, á fim de resolver-se sobre a mudança que propõe. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1851, p. 1).

Ao mesmo, á fim de que o professor da cadeira publica de primeiras letras da freguezia de Inhaúma, informe sobre os objectos, de que precisa para o andamento do ensino, à proporção do numero e circumstancia dos seus discípulos. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1851, p. 1).

Ao director do lycêo. – Cumpre que Vme. Me informe com a possível brevidade com o que lhe occorrer sobre a necessidade de uma aula de desenho no lycêo desta cidade, necessidade, que julgo digna de consideração. visto que ella é o primeiro rudimento das bellas artes, que muito convem desenvolver e animar. (O GOVERNISTA PARAHIBANO, 1850, p. 4)¹⁵.

Essas cartas são classificadas como requerimento, ordem ou comando, sendo este último definido pelo manual *Le Secretaire à la Mode* (1650), de Sieur de La Serre:

¹⁵ Esse jornal surgiu em 1849. De cunho oficial, político e literato, foi impresso pela tipografia de José Rodrigues da Costa, localizada na rua Direita, nº 8. Publicado aos sábados, esse periódico compunha suas páginas com as correspondências e comunicados relativos aos interesses políticos e morais da província da Paraíba e do Brasil, dividido por duas seções: a editorial e a parte oficial.

Apenas ouça o que eles querem ou deixam fazerem. E nem sempre precisa usar a razão para convencê-los, porque a autoridade do orador toma o lugar da razão. ‘Mas, às vezes, se for considerada a respeito, eles podem representar a facilidade e a igualdade de comando que lhes é dado, o dispositivo de promessas de recompensa, se eles obedecem e ameaças de punição, se eles fizerem o oposto’. E para conclusão dizer que a gente espera que eles façam o dever e nos deem todo sujeito de se contentar com eles¹⁶ (SERRE, 1650, p. 12, grifo nosso).

Embora não se tenha dados de que esse manual circulou no Brasil, o seu conteúdo gerou o *habitus* para a escrita de outros manuais. Cada livro que aborda o conteúdo da arte epistolar o faz a seu modo, de acordo com a importância que confere a essas regras, levando em consideração o seu destinatário, por considerar as normas de leitura que definem, para a comunidade de leitores, modos de ler, procedimentos de interpretação (CHARTIER, 1999). Entretanto, os manuais de Freire e de Roquette, aqui citados anteriormente, não apresentam definição acerca da tipologia da carta de ordem e de requerimento, apenas oferecem exemplos de cartas, o que permite verificar, por meio deles, as semelhanças com as cartas publicadas acima.

No que se refere aos signatários não identificados, nem pelo uso dos pseudônimos, essas ausências revelam um jogo epistolar que ocorre entre o remetente, às vezes oculto, e o destinatário explícito: um escreve para o outro, que, por sua vez, pode responder ao seu remetente. Ora um pode assumir a função de emissor da mensagem, ora pode se tornar receptor dela, dependendo da resposta, se houver. No entanto, a ausência de resposta não significa que não houve comunicação. É por isso que se estabelece o jogo epistolar, pois a comunicação não se funda apenas na troca de mensagens, mas também no envio. Assim, não se pode “[...] perder de vista a repercussão que provocou nesse correspondente”, como alerta Rocha (1985, p. 18). De acordo com Gondra (2003, p. 30), a carta no jornal “[...] inscreve o leitor de cartas, bem como de outros tipos de fonte, em um jogo cujas regras exigem, dentre outros aspectos, que fique

¹⁶ No original: “Il n'est point besoin d'en donner de regles. Les plus simples sont de meilleures. Il suffit de leur faire entendre, ce qu'on veut qu'ils farent ou qu'ils laissent. Et n'est pas toujours besoin d'user de raison pour les persuader, parce que l'autorité de celui qui parle tient lieu de raison. Mais si quelquefois on le juge etre à propos, on leur peut représenter la facilité et l'equité du commandement qu' on leur donne, et adjouter des promesses de recompense s'ils obeissent et des menaces de punition s'ils font le contraire. et por conclusion dire qu'on espere qu' ils feront leur de voir e nous donnernt tout sujet d' etre contens d'eux”.

assumida a sua condição de observador inserido em um tempo”, funcionando “[...] como uma espécie de atestado de acumulação de um determinado capital simbólico”. Considerando a editoração do suporte textual do jornal no século XIX e a função do redator que seleciona e ordena os textos que são publicados, o sentido da escrita epistolar pode ter outro significado: divulgar para um público específico o que está ocorrendo na instrução pública de uma determinada província. No caso das cartas que ordenam, supõe-se que os comandos foram executados, mesmo com a ausência da resposta. Contudo, o exemplo abaixo mostra uma carta que responde a outra carta:

Ao diretor da instrução pública em resposta ao seu ofício de hoje em que consulta se os alunos matriculados nas aulas de instrução primária são ou não isentos do recrutamento que a Presidência julga-os compreendidos na disposição do artigo 7 da instrução de 10 de abril de 1843, que assim determina. Item os estudantes de todas as classes que apresentarem atestado dos respectivos professores visto que a expressão vaga-estudante de todas as classes abrange também os alunos de instrução primária (O GOVERNISTA PARAHIBANO, 1851, p. 2).

Nas cartas apresentadas neste estudo, verifica-se um traço comum por meio de uma escrita ordinária. Os vocativos utilizados nas cartas nos jornais como ‘Ao diretor’, ‘Para Sr. Director’, ‘Sr. Redator’ ou ‘To the editor’ e ‘Sr. Editor’, no caso dos jornais americanos, apresentam o primeiro destinatário, mas, no conteúdo delas, se encontram outros. Esses vocativos são utilizados como função apelativa na qual se busca uma exclusividade do discurso. O signatário expõe o motivo da sua escrita logo no primeiro parágrafo. Em seguida, apresenta os argumentos. Por fim, ele solicita, faz o pedido. Entretanto, nas cartas curtas, as três últimas apontadas, é dispensável quase todos os recursos de retórica epistolar, pois o signatário transmite diretamente o seu discurso ao destinatário, de modo que a ordem dada não deixa dúvidas a respeito do que se quer.

A epístola pode ser comparada aos sermões portugueses dos séculos XVI, XVII e XVIII cujos textos são estudados por Hansen (2000), pois ambos os gêneros textuais apresentam a fórmula da proposição: ‘alguém diz algo sobre alguma coisa para alguém’. Considerando que o discurso epistolar é escrito e não falado, como o do sermão, esse tipo de escrita faz do ausente presente, o que permite aplicar essa fórmula retoricamente, a partir de duas articulações, conforme Hansen (2000, p. 31, grifos do autor):

Uma delas, ‘alguém diz [escreve] para alguém’, refere-se ao ato da fala [escrita], como relação pragmática de sujeito da enunciação e destinatário, ou relação dialógica ‘eu/tu’, que define o contrato enunciativo [...] A outra articulação, ‘algo sobre alguma coisa’, refere-se à construção do discurso como estrutura sintática (sua ordenação sequencial) e estrutura semântica (sua significação).

Nessa perspectiva, Hansen (2000, p. 32, grifos do autor) afirma que “[...] o ‘eu’ da enunciação e o ‘tu’ da recepção não eram categorias psicológicas, mas representações de posições sociais preenchidas por outras representações hierárquicas extraídas de todo o social objetivo”. As cartas publicadas nos jornais cariocas e paraibanos revelam esses lugares apontados acima, os quais são hierárquicos: Diretor da Instrução Pública/Diretor do Liceu e das escolas públicas; Professor/Câmara dos vereadores; Um interessado/Diretor da Instrução Pública; Um por todos/Diretor da Instrução Pública.

Considerações finais

As cartas sobre instrução pública nos periódicos cariocas e paraibanos no período imperial dão visibilidade às opiniões de professores e diretores da instrução pública, a partir de uma prática de escrita que é ordinária. Além de apresentar os destinatários desses escritos, foi possível conhecer quem escrevia, mesmo com as estratégias discursivas, a exemplo do uso de pseudônimos, dos vocativos e das pontuações, empregadas pelos signatários para que seus escritos fossem publicados.

Considerando que essas cartas não se configuram como um retrato fiel da realidade, mas, sim, uma representação do discurso de instâncias do poder carioca e paraibano que deixou vestígios através da escrita epistolar, elas mostram as relações entre o jornal e aquele a quem era destinado. Ou seja, de acordo com a característica do periódico, seja do governo ou da oposição, este dará o tom do discurso nas suas notícias. Assim, as cartas publicadas nos jornais evidenciam a posição dos leitores-escritores na ordem social do Império e como eles se mobilizam em seu interior. Com escritos de reclamação e de protestos, os professores marcam o seu lugar social, o da subordinação, na configuração da instrução pública no Brasil imperial; e com escritos de comando, os diretores da instrução pública delimitam o seu lugar de poder. Mais do que comunicar ao destinatário sobre algo, por meio de queixas e de ordens, as cartas sobre a instrução pública nos jornais têm o caráter de noticiar aos leitores sobre o cotidiano escolar da época.

A visibilidade desses escritos se torna relevante por serem históricos e, dessa forma, concebidos como produtores de sentidos, compreendidos aqui “[...] por meio dos limites argumentativos dos seus modelos de autoridade, dos seus temas mais correntes, dos arranjos aptos das partes discursivas [...]” (PÉCORA, 2005, p. 13). Ademais, é ir de encontro com uma concepção de jornal considerada como um material instantâneo, retratos de um momento apenas, e que, portanto, deveria ficar nos arquivos. Entretanto, a imprensa apresenta flagrantes de tempos passados, possibilitando-nos verificar que havia uma sociedade de correspondência nesse suporte textual. Tomar conhecimento do que ocorria no espaço escolar por meio da imprensa era comum, pois esse veículo de comunicação era o que mais circulava no período. Nessa perspectiva, o estudo desse objeto, que também pode ser tratado como fonte, auxilia na compreensão da instrução pública no Império, já que esse período histórico é considerado como um ‘tempo de passagem’, ‘idade das trevas’ e/ou ainda por ser entendido “[...] como um mundo onde, estranhamente, as ideias estão, continuamente, fora do lugar” (FARIA FILHO, 2011, p. 135). No entanto, faz-se necessário considerar esse suporte, onde as cartas foram publicadas, como uma representação da escrita de um tempo, pois a imprensa no Império se apresenta como o lugar de recepção e difusão do discurso da educação e instrução pública que circulava entre diversos espaços sociais.

Referências

- BAHIA, B. J. *Jornal, história e técnica: história da Imprensa Brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. v. 1.
- BARBOSA, S. F. P. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.
- BARBOSA, S. F. P. A escrita epistolar como prosa de ficção: as cartas do jornalista Miguel Lopes do Sacramento Gama. *Revista Desenredo*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. v. 7, n. 2, p. 331-344. jul./dez. 2011a. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2406>>. Acesso em: 23 maio 2012.
- BARBOSA, S. F. P. Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*. Santiago de Compostela, v. 15, n. 15, p. 79-105, 2011b.
- BOURDIEU, P. *A distinção*. Tradução Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary Del Priore. 2. ed. Brasília: UnB, 1999.

COMPILADOR MINEIRO. Minas Gerais, 22 out. 1823.

CORREIO BRAZILIENSE. *Carta dirigida a Sua Excelência Ministro da Marinha e das Colonias de França, por Mr. Roussin, Capitão de Mar e Guerra*. Rio de Janeiro, p. 40, 20 jul. 1820.

CORREIO MERCANTIL, e instrutivo, político, universal. Rio de Janeiro, p. 2, 5 jan. 1848.

CORREIO MERCANTIL, e instrutivo, político, universal. *Correspondência*. Rio de Janeiro, p. 5, 15 jan. 1851a.

CORREIO MERCANTIL, e instrutivo, político, universal. Rio de Janeiro, 4 mar. 1851b.

CORREIO MERCANTIL, e instrutivo, político, universal. Rio de Janeiro. 11 de outubro de 1851c.

CORREIO NOTICIOSO. Paraíba, 17 ago. 1872.

COSTA, C. R. *A Revista no Brasil, o século XIX*. 2007, 292f. Tese (Doutorado em Comunicação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DARNTON, R. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade de informação. In: DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington*. Um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 40-90.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 10 jan. 1850.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1 ago. 1851.

ESTRADA, F. L. La epístola entre la teoría y la práctica de la comunicación. In: BUENO, B. L. *La epístola*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000. p. 27-60.

FARIA FILHO, L. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FREIRE, F. J. *Secretário Portuguez ou methodo de escrever cartas*. Lisboa. Typografia Rollandiana, 1801.

FREIRE, F. J. *Secretário Portuguez ou compendiosamente instruído no modo de escrever cartas*. Lisboa. Impressão de João Nunes Esteves, 1823.

GONDRA, J. Ao correr da pena: reflexões relativas às cartas de professores do século XIX. In: MIGNOT, A. C. V.; CUNHA, M. T. S. *Práticas de memória docente*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 17-33.

HANSEN, J. A. A civilização pela palavra. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. (Org.). (Org.) *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 19-41.

LEBRUN-PEZERAT, P. La lettre au journal. Les employés des Postes comme épistoliers. In: CHARTIER, R. (Dir.). *La correspondance*. Les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Fayard, 1991. p. 427-449.

LOBO, F. R. *Corte na aldeia*. Lisboa: Europa-América, 1997.

MOREL, M. Prefácio. In: BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2010.

MURPHY, J. J. *Rhetoric in the middle ages: a history rhetorical theory from Saint Augustine to the Renaissance*. Berkely: University of California Press, 1974.

O GOVERNISTA PARAHIBANO. *Ao diretor do liceu*. Paraíba, 29 jun. 1850.

O GOVERNISTA PARAHIBANO. *Ao diretor do liceu*. Paraíba, 17 maio 1851.

O QUEIXOSO. *Correio Mercantil*, 15 de jan. 1851.

O TEMPO. *Pergunta inocente*. Coluna publicação solicitada. n. 62. Paraíba, 26 jun. 1865a.

O TEMPO. *Para o Sr. director da instrução publica lêr*. Coluna Publicação Solicitada. n. 97. Paraíba, 26 out. 1865b.

PECHEMAN, R. M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PÉCOR, A. Velhos textos, crítica viva. In: TIN, E. (Org.). *Arte de escrever: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam e Justo Lúpsio*. Campinas: Unicamp, 2005. p. 11-15.

RIZZINI, I. Experiências escolares na Amazônia imperial: queixas de pais e moradores na imprensa paraense (1876-1888). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 88, n. 220, p. 496-515, set./dez. 2007.

ROCHA, A. *A Epistolografia em Portugal*. 2. ed. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

ROQUETTE, J. I. *Novo secretário português ou Código Epistolar*. 3. ed. Paris: J-P- Aillaud, Monlon, C^a., 1860 [1846].

SENA, F. As epístolas nos jornais paraibanos: o discurso pedagógico no período imperial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil. 6., 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: SBHE, 2011. p. 1-10.

SENA, F. As cartas sobre Instrução Pública nos jornais paraibanos do Império. In: PINHEIRO, A. C. F.; CURY, C. E. (Org.). *Histórias da Educação da Paraíba: rememorar e comemorar*. João Pessoa: UFPB, 2012. p. 121-132.

SERRE, S. L. *Le Secretaire à la Mode*. Amsterdam: Chez Louys Elzeuier, 1650.

TENGARRINHA, J. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2. ed. revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

THE NEW YORK TIMES. *The School bill*. Letters to the Editor. New York, 29 mar. 1880.

Endereço para correspondência

Fabiana Sena

Endereço: Rua Gameleira, 158

Intermares – Cabedelo

Paraíba

CEP 58310-000

E-mail: fabianasena@yahoo.com.br

Recebido em: 21 fev. 2013

Aprovado: 28 maio 2013